

DEFESA DE AUTUAÇÃO

A Defesa de Autuação consiste na indicação de erros formais e de mérito ou inconsistências verificados na Notificação de Autuação de Infração de Trânsito ou no Auto de Infração de Trânsito (AIT).

A Defesa de Autuação visa ao arquivamento do Auto de Infração de Trânsito antes que seja aplicada uma penalidade.

A Defesa deverá ser protocolada no DESETRAN, ou enviada, via postal, para o seu endereço, respeitado o disposto no artigo 287 do C.T.B.

LEGALIDADE: Artigos 281 e 281-A do CTB e Resoluções do CONTRAN Nº 900/2022 e Nº 918/2022.

SOLICITANTE:

- Pessoa física ou jurídica proprietária do veículo; condutor devidamente indicado e o embarcador ou transportador quando responsável exclusiva ou solidariamente pela infração.
- Procurador do notificado legalmente habilitado ou por instrumento de procuração, na forma da lei, sob pena do não conhecimento da defesa.

CONDIÇÕES:

Ser o DESETRAN, o órgão autuador.

O Requerimento de Defesa deverá ser apresentado por escrito de forma legível, no prazo estabelecido, contendo no mínimo os seguintes dados:

- Nome do órgão ou entidade de trânsito responsável pela autuação ou pela aplicação da penalidade de advertência por escrito ou de multa;
- Nome, endereço completo com CEP, número de telefone, número do documento de identificação e CPF ou CNPJ do requerente;
- Placa do veículo e número do auto de infração de trânsito (AIT);
- Exposição dos fatos, fundamentos legais e/ou documentos que comprovem a alegação;
- Data do requerimento e
- Assinatura do requerente ou de seu representante legal.

A Defesa Prévia deverá ter somente um auto de infração como objeto.

DOCUMENTOS:

- Requerimento de Defesa Prévia;
- Cópia da Notificação de Autuação ou Auto de Infração ou documento que conste placa do veículo e o número do auto de infração de trânsito;
- Cópia da CNH ou outro documento de identificação que comprove a assinatura do requerente;
- Documento que comprove a representação, quando pessoa jurídica;
- Procuração, quando for o caso
- Outros documentos comprobatórios, que o solicitante entender necessários para embasar sua Defesa.